



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



Civic journalism no Brasil: a construção de um plano de referência para um jornalismo público

MÁRCIO RONALDO SANTOS FERNANDES

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) ~ marciorf@globbo.com

Resumo:

Pode a mídia, mais do que relatar acontecimentos que alegadamente interessem à coletividade, estar envolvida em atividades e programas que intentem contribuir para a melhoria de vida dessa mesma comunidade? Sendo positiva a resposta, devem os meios de comunicação contemporâneos noticiar com destaque tais projetos e, inclusive, fornecer infra-estrutura para a realização desses eventos? Diante de novo “sim”, como fazer isso sem deixar de observar pilares da imprensa ocidental, como precisão e independência? Essas são algumas das perguntas sobre as quais o estudo em questão discorre, como fruto de interesse em compreender os conceitos e práticas de **Civic Journalism** e que resultou em uma dissertação de Mestrado. Os recentes casos na área impressa, sobretudo nos Estados Unidos (onde surgiu esta corrente da imprensa, no final dos anos 80, dentro de pequenos jornais), têm sido vistos por dezenas de estudiosos e profissionais da mídia como uma solução excelente para maior engajamento da imprensa na sociedade, sem prejuízo aparente para os dois principais lados envolvidos – veículos e leitores. Por **Civic Journalism**, entende-se que seja a ação de “retomar contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem e abrindo espaço para discussões de temas de interesse público”, como pontificou o jornalista brasileiro Carlos Castilho (1997). Ou, como assinalou a editora americana Jan Schaffer (2001), um jornalismo “que ajude as pessoas a superarem sua sensação de impotência e alienação, desafiando-as a envolver-se e tomar para si a responsabilidade sobre problemas comunitários”. De seu turno, a professora colombiana Ana Maria Miralles Castellanos (1999) sustentou que o principal ingrediente do **Civic Journalism** era “ter mais em conta o ponto de vista dos cidadãos na hora de elaborar a agenda informativa e oferecer elementos para que esses temas cidadãos encontrem canais de ação a partir da informação e da convocatória dos meios de comunicação para o debate público”. Praticamente desconhecido no Brasil, o **Civic Journalism** tende a ganhar força nos próximos anos, à medida que se tornar um assunto de domínio da imprensa nacional e devido a estudos de casos de experiências vividas em outras nações nos últimos anos, como Argentina, Colômbia, Espanha e Canadá, dentre outros. Neste sentido, a pesquisa em questão é essencialmente válida por trazer ao Brasil escritos originados nas línguas inglesa, espanhola e galega e, sobretudo, por propor pontos iniciais de discussão que poderão compor as bases de um modelo nacional de Jornalismo Público, como tenderá a ser chamado no País.

Palavras-chave:

Civic journalism, estudos de caso, jornalismo público

1. Os lastros do Civic Journalism

Quando, no final da década de 80, lançou o termo **Civic Journalism**, o veterano editor Davis Merritt começou a mudar o curso da história da imprensa americana. À frente do pequeno diário *The Wichita Eagle*, do Estado de Kansas, Merritt criou as bases de uma prática que fez sacudir de suas cadeiras outros profissionais decanos. Foi um chacoalhar que levantou um pó acumulado ao longo de quase 30 anos, já que, no começo dos anos 60, havia ocorrido a última grande revolução jornalística em termos de escrita, quando os literatos Norman Mailer, Truman Capote e Gay Talese trouxeram para as redações seu *New Journalism*, que pregava o uso de elementos da literatura em reportagens. Uma leitura de *A sangue frio*, publicado originalmente em 1965 por Capote, é um excelente indicativo do que seja o *New Journalism*.

Desencantado com a cobertura da mídia na campanha presidencial americana de 1988 (entre o republicano George Bush, o vencedor, e o democrata Michael Dukakis), Merritt começou a sustentar que as coberturas políticas necessitavam proporcionar uma discussão mais séria sobre os temas envolvendo a coletividade e que havia interesse dos leitores que assim fosse. Em um artigo no primeiro semestre de 1990, antes de se iniciar o pleito eleitoral para o governo de Kansas, ele estampou nas páginas do *Wichita* os planos do jornal para o próximo sufrágio: “Cremos que os eleitores têm o direito de que os candidatos abordem os temas em profundidade... (e os leitores terão) a oportunidade de compreender, em detalhes, os pontos de vista dos candidatos acerca dos assuntos de maior importância para o Estado do Kansas”, segundo relato de Sergio Bustos (2000), em texto veiculado na Internet.

Nas semanas seguintes, o *Wichita* lançou um projeto que previa um incremento da participação do público no processo eleitoral. Por meio de uma pesquisa (uma arma sempre presente no **Civic Journalism**) com a população local, descobriu quais eram os 10 temas considerados mais importantes pela coletividade. A lista era encabeçada por delinquência, desenvolvimento econômico, impostos e serviços de saúde. Ao longo de 10 semanas, a cada sábado, repórteres do *Wichita* produziam extensas matérias relatando antecedentes, detalhando informações atualizadas e fazendo análises sobre cada um dos tópicos eleitos. Havia ainda um espaço semanal para que os candidatos expressassem seus pontos de vista acerca de cada tema.

Fundava-se aí uma nova visão do que podia ser o noticiário de imprensa, em especial na mídia impressa, berço do **Civic Journalism** e base de seu sustento até hoje. Um amplo estudo divulgado no final de 2002 pelo Pew Center for Civic Journalism, mais importante órgão de pesquisa e incentivo do tema nos Estados Unidos, confirma isso: o *Jornalismo Público* (termo que pode ser aplicado em uma tradução livre à língua portuguesa) teve as campanhas eleitorais como ponto de partida, com diários interioranos alavancando essa corrente da imprensa. Com o passar dos anos, diz o documento, jornais das regiões metropolitanas começaram a se destacar nesse processo, assim como ocorreu o incremento no uso de novas tecnologias na difusão dos programas e das repercussões cívicas alcançadas.

Mais: como saldo inicial desse estudo publicado pelo Pew Center, organizado por Lewis Friedland e Sandy Nichols (2004) e denominado *Measuring Civic Journalism's progress: a report across a decade of activity*, está o fato de que 20% dos jornais americanos se envolveram de algum modo nas práticas cívicas. Uma taxa, ressalta-se, comemorada pelos defensores dessa nova modalidade comunicativa. Nesse cenário, a melhor compreensão dos pressupostos e repercussões do **Civic Journalism** enseja, antes de tudo, um rememorar de alguns conceitos de notícia, civismo e sobre o surgimento das cidades na civilização ocidental, entre outros tópicos, a seguir explicitados.

2. Conceitos de notícia

De início, cabe considerar aqui a definição clássica de notícia. Pode-se recorrer à Teoria do Espelho, abordada pelo pesquisador português Nelson Traquina (1993: 133). Nesse caso, notícias são um espelho da realidade e, antes disso, jornalistas são observadores neutros que utilizam determinadas técnicas estilísticas apenas para reproduzir histórias, sem nelas interferir. Essa é uma visão da imprensa derivada do início do século 20, quando se pretendia construir meios de comunicação capazes de atuarem como não mais do que observadores dos fatos, algo próximo do realismo que havia há quase 100 anos proporcionado pela Fotografia.

Há, assim, de se admitir que essa seja uma visão dominante na quase totalidade imprensa brasileira, onde é comum aparecer algum paladino do jornalismo (editor-chefe ou mesmo proprietário de empresa jornalística) em defesa pública da teoria do espelho. Teoria, aliás, que pressupõe a obrigatoriedade de haver, em cada história retratada na mídia, a dualidade *encarregado vs beneficiário, vencedor vs perdedor e pró vs contra*, como delimita a jornalista americana Jan Schaffer (2001), em texto publicado na Internet. É no seio dessa tese que se criou e ainda se mantém o *lead* jornalístico e suas seis clássicas perguntas que toda reportagem deve responder e cujo ideário é assim abordado pela pesquisadora colombiana Ana Maria Miralles Castellanos, no texto *La construcción de lo público desde el periodismo cívico* (1999), divulgado na rede mundial de computadores:

“A definição de notícia, que usualmente se toma na universidade como uma questão mecânica (escrever se aprende escrevendo) representa a coluna dorsal da doutrina liberal da informação. Estruturada em um modelo montado sobre as seis interrogantes – que, quem, onde, quando, como e por que (conhecidas como as 6 Wh questions na língua inglesa – which, what, where, who, when e why) -, rapidamente se resumiu ainda mais – a que, onde e quem”.

Quanto à Teoria do Espelho, Castellanos (id.) fala que

*“(...) de todos os elementos que colaboraram na construção teórica do sistema informativo liberal, o da objetividade é o que maior influência teve e segue tendo na definição das funções públicas da informação nos meios de comunicação. Criticada pelo **Civic Journalism** e definida como objetivismo, essa idéia adquiriu o caráter de doutrina e moldou de maneira contundente as diretrizes dos jornalistas e permeou a formação dos jornalistas que passaram pela universidade”.*

De seu lado, o professor português Jorge Pedro Sousa (2002: 17) argumenta que esta visão da Teoria do Espelho “ainda é forte, quer no meio social em geral, talvez ainda marcado pelos valores positivistas e pela força realista da imagem, quer mesmo em certos setores do meio profissional dos jornalistas, onde permanece viva a ideologia da objetividade e dos procedimentos que dela resultam”.

Sousa defende que sua posição, contudo, é outra, que pode ser interpretada como mais próxima do **Civic Journalism** (id.): “(...) o paradigma explicativo que desenhei: as notícias são um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história”. Ao ponderar isso, Sousa fala que os mass media contribuem decisivamente para atribuir o que chama de “um determinado sentido” às ocorrências da vida pública ou mesmo privada que são levadas às páginas dos jornais e aos espaços televisivos, entre outros canais.

O professor alemão Michael Kunczik (1997: 16), por sua vez, lembrando Koszyk e Pruyss (1976), sustenta que o Jornalismo é considerado a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias.

Já Morris Janowitz, também citado por Kunczik, à página 97, vai além e classifica os profissionais de imprensa em gatekeeper (seletor de notícias) e em advocate, isto é, defensor

(categoria mais próxima do **Civic Journalism**, conforme descrito nas páginas seguintes dessa dissertação). Para Janowitz, o jornalista é, primordialmente, um seletor e, em segundo plano, um defensor. Para ele, o jornalista ideal é uma síntese entre o comprometido e o neutro.

Ainda conforme o pesquisador alemão Kunczik, “em vez de fazer perguntas críticas sobre a realidade social, considera-se ‘objetivamente’ a classe governante como porta-voz da sociedade”.

No outro extremo, Kunczik (id.) aponta que o *defensor*

“é conceituado como o paladino de certos grupos socialmente abandonados e que, por si mesmos, não podem representar seus interesses (...) e que o defensor não se sente comprometido com o princípio da neutralidade de valores; identificando-se com os valores do público ou de partes do público, fazendo uma campanha vigorosa pela difusão de certas idéias ou fatos, sem reivindicar a posse da verdade fundamental sobre o assunto tratado”.

Portanto, o *advocate* (defensor) é uma figura mais perto do que perpetra o **Civic Journalism**.

Quanto à mídia como um todo, continuam os defensores do **Civic Journalism**, não é mais possível se limitar ao papel de noticiar os fatos. Jay Rosen eminente professor da New York University e um dos incentivadores do **Civic Journalism**, certa vez, na década passada (1996), em texto divulgado na Internet, cunhou uma pergunta crucial e ainda válida:

“Já temos informação, agora o que nos faz falta é a democracia. Neste sentido, há uma pergunta chave: para que nos preocuparmos de informar a um público que, quem sabe, nem sequer existe? O primeiro ato que devemos ter é construir o público. O jornalismo informativo clássico pressupõe a existência de uma esfera pública funcionando, na qual os assuntos coletivos são continuamente reconhecidos e discutidos. Por isso se pensa que é suficiente somente apresentar notícias, acrescidas de alguns testemunhos, além de publicar editoriais e fazer entrevistas de toda espécie”.

Kunczik (1997: 18) segue essa linha, ao ponderar que

“Uma das grandes ilusões de muitos principiantes é a idéia de que os jornalistas sejam livres e independentes. Com freqüência, os meios de comunicação são vistos como sistemas sociotécnicos que têm intercâmbio contínuo e dinâmico com o ambiente, em que sociotécnico se refere à dependência mútua dos aspectos técnicos e sociais. Os meios de comunicação individuais não podem ser analisados fora de seus ambientes particulares”.

Kunczik, à página 89, complementa esse parâmetro que defende a relevância dos processos interacionais. Ele tem a visão de que a *notícia* é cada vez mais importante pelo fato de que, em uma sociedade altamente industrializada e com relações cada vez mais complexas entre seus membros, é necessário conhecer experiências dos outros e interpretações dos conhecimentos. Nesse cenário, avalia Kunczik, os meios de comunicação são a instituição decisiva para a difusão dessas experiências e, por isso, têm a oportunidade de transmitir interpretações que dão sentido às complexidades e tornam compreensível o ininteligível.

Ora, o **Civic Journalism** se ocupa disso também – de difundir experiências e interpretações, de tal modo que seja possível a um grupo social compreender determinadas situações, em favor de si mesmo. E, em se ocupando disso, fica nítido que o **Civic Journalism** rejeita conceitos como esses defendidos pela Teoria do Espelho e correntes afins. E, conseqüentemente, perfila-se mais ao lado daqueles que postulam que os mass media precisam contribuir decisivamente para a construção da esfera pública, acabando com a desgastada equação de mão única *emissor-mensagem/canal-receptor*. Jay Rosen faz parte desse grupo. Em 1992, em um ensaio chamado *No content: the press, politics and public philosophy* (citado por Miralles e publicado na revista americana *Tikkun*), ele já havia lançado outra pergunta crucial a jornalistas americanos: “Como construtores da esfera pública, podem os jornalistas continuar operando sem uma filosofia pública?”.

Sobre essa visão da esfera pública, Nelson Traquina, em mensagem eletrônica pessoal ao autor do presente artigo, em fevereiro de 2004, ponderou:

“Mas é verdade que o movimento vai mais longe. Defende que os jornais/media noticiosos devem ter um papel ativo na resolução de problemas. Por exemplo, o racismo. Aqui o jornal/media noticioso poderá, segundo o movimento, ajudar a ‘juntar as pessoas’, colocá-las em diálogo, com a esperança que soluções possam ser encontradas. Para compreender este papel é preciso ter o quadro teórico de encarar o jornalismo perante esferas: a esfera do consenso, a esfera da controvérsia e a esfera do desvio. Assim, o valor de uma sociedade sem preconceitos raciais estaria colocado na esfera do consenso; o Civic Journalism trabalha com valores que estão na esfera do consenso e é assim que o movimento é extremamente crítico do valor da ‘objetividade’ no Jornalismo”.

Mas as palavras de Traquina podem remeter a uma dúvida imediata: quais os perigos de um jornalismo engajado, socialmente falando, é fato, mas ainda assim engajado? A resposta do pesquisador português, uma das maiores autoridades internacionais em **Civic Journalism**, é esclarecedora (ibidem):

“Será possível o jornalismo sem uma referência à objetividade? Um jornalismo engajado não é perigoso? Quando estamos na esfera do consenso, as coisas são relativamente fáceis (no que tange a definir grupos): quem é contra a liberdade, uma sociedade sem discriminação, etc. Mas muito não é consensual (essa visão). Por isso, embora não penso que o Civic Journalism é condenado a ser um fenômeno ‘americano’, é difícil a sua prática em países muito divididos. Nos Estados Unidos, o movimento é mais praticado em jornais/media noticiosos regionais, onde há o sentimento de ligação entre o jornal/media noticiosos e a comunidade”.

Essa noção da regionalidade pode ser notada no relatório *The state of the news media 2004*. Carlos Castilho (2004), no texto on line *O estado ‘crítico’ da imprensa*, fala que os veículos étnicos e alternativos estão em rápida expansão nos Estados Unidos, impulsionados também pela vontade de agrupamento cada vez maior de determinadas comunidades sempre vistas como periféricas. Ele relata:

“A aparente força dos jornais alternativos ou de língua hispânica não revela claramente uma tendência de migração de leitores. Refere-se mais claramente à eventual inclusão, nas faixas médias de consumo, de grupos que se encontravam à margem do mercado de informação e que também engrossam a audiência dos canais de TVs hispânicos. Ou uma reação defensiva de ‘tribalização’ das populações que, num ambiente desfavorável, buscam a convivência dos iguais para se proteger de políticas públicas excludentes ou discriminatórias”.

É esse caminho, de trazer grupos periféricos para o centro das cidades ou para estimular os bairros a pensar em auto-soluções, que o **Civic Journalism** defende.

3. Conceitos de cívico, civic e palavras correlatas

Uma discussão que se faz pertinente diz respeito ao efeito de sentido que a palavra *civic* provoca e remete na língua inglesa, bem como suas palavras correlatas, como *citizenship* (cidadania), *citizen* (cidadão), *public* (público) e *community* (comunidade). Por razões que remontam à época de colonialismo em que viveram Estados Unidos e Brasil (o primeiro sob os auspícios da Inglaterra, o segundo diante de Portugal), o termo *civic* adquiriu efeitos de sentido diferentes nos dois países. Tome-se o primeiro caso: reza a História que o processo de independência americano foi forjado a partir da união das então 13 colônias (mais tarde Estados) para derrotar o Império inglês. E que, realizado este feito, vigorou por muito tempo o espírito de unidade entre as partes que

compunham o novo país, fosse união entre membros de uma cidade, fosse entre Estados. Formou-se, então, um conceito de civismo ligado menos ao nacionalismo, menos ao patriotismo, e mais em nome da construção coletiva de uma cidade, de uma região, de um país.

Algo distinto se deu no Brasil, lugar onde a instabilidade política (mesmo após a declaração de Independência, em 1822) em muito contribuiu para a ausência de *cidadania* com características semelhantes às americanas ou de outras nações. Faz-se necessário recordar que, durante séculos, a parte latina da América foi considerada um lugar mais de barbárie do que de civilidade, como bem recorda Luiz Werneck Vianna (1991), citado por Sérgio Lamarão no estudo *Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e as respostas ao atraso brasileiro* (2002), no site www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr.

Para além disso, é de conhecimento geral que a República no Brasil, em fins do século 19, nasceu por iniciativa e liderança do Exército Nacional. O ciclo inicial de presidentes do Brasil, por exemplo, deu-se com dois militares – Manoel Deodoro da Fonseca, veterano marechal e herói de guerra, e Floriano Vieira Peixoto, outro marechal e igualmente combatente vitorioso –, eleitos que foram pelo voto indireto.

Na esfera dos Estados, o cenário não foi diferente nos primeiros anos. Tome-se o caso do Rio Grande do Sul: entre 1889 e 1898, o Estado teve 15 governadores, cinco dos quais militares, segundo a história oficial, veiculada no portal da Presidência da República Federativa do Brasil (2004). Assim, acontecimentos como esse contribuíram para a consolidação de um modelo distinto de *cidadania*.

Já nos anos 30 do século passado, o educador brasileiro Anísio Teixeira, no livro *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos* (1934: 1) abordava essa distinção de valores relativos à cidadania e à democracia entre os dois países (grafia original mantida):

“Nem o numero dos seus millionarios, nem a altura dos seus arranhas-céus, nem a grandeza de suas cidades, nem o vulto de seus progressos materiaes, jamais allucinaram o americano. Talvez no início do desenvolvimento industrial moderno, houvesse um momento de justificado assombro diante dos portentos do homem, e o americano se excedesse no julgamento desses valores externos de sua civilização. Depressa, porém, tal febre passou, e quem quizer renovar o seu espirito ao contacto de uma honesta e insalutar philosophia de valores moraes e humanos, comprehendidos na sua mais alta plenitude, tem que ir aos Estados Unidos e aprender com seus leaders um novo idealismo. A tradição americana, o que ha de ficar com a lição permanente desse povo, como sua contribuição característica para a humanidade, não é puramente o industrialismo moderno, mas o espírito de sua democracia”.

Teixeira, à página 5, concluía que a concepção americana de democracia era o resultado de um idealismo proveniente do período da Independência (fins do século 18) e que, nos Estados Unidos, não havia necessariamente uma teoria da democracia, mas sim uma prática dela. “A primeira pode ir um pouco na frente da segunda, mas uma e outra constituem um só corpo, a presente e activa philosophia americana da vida, escreveu o educador (id.), na grafia original. E isso tudo é algo bastante distinto do quadro brasileiro como um todo. Daí, ressalta-se, as diferentes visões de *cidadania* e palavras congêneres.

Mais modernamente e no que tange aos meios de comunicação, a *cidadania* é vista somente como um ato da mídia em prestar serviços. Note-se o caso do jornal Correio Braziliense, uma estrela da imprensa nacional. Ali, a noção de *cidadania* que se adota tem relação com a veiculação de material, a qualquer dia da semana, do mês ou do ano, acerca da falta de água em alguma localidade em torno do Distrito Federal; com os mitos e as verdades sobre o consumo de chocolate; com as dicas para matricular filhos em escolas públicas; e, no efeito de sentido mais tradicional possível na imprensa verde-amarela, com informações sobre o modo de emitir a segunda via de documentos

pessoais. Tendo-se como norte o **Civic Journalism**, essa é uma visão bastante rasa de *cidadania* que o Correio escolheu. E, de uma maneira geral, é o que está perpetrado na imprensa brasileira.

4. Práticas de Civic Journalism

Tão relevante quanto o emissor, o receptor tem papel de destaque assegurado no **Civic Journalism**, assim como o próprio canal. Com isso, cabe novamente perguntar: pode a mídia, mais do que relatar acontecimentos que alegadamente interessem à coletividade, estar envolvida em atividades e programas que intentem contribuir para a melhoria de vida dessa mesma comunidade? Sendo positiva a resposta, devem os meios de comunicação noticiar com destaque tais projetos e, inclusive, fornecer infra-estrutura para a realização desses eventos? Diante de novo “sim”, como fazer isso sem deixar de observar pilares da imprensa ocidental contemporânea, como precisão e independência?

Essas são algumas das perguntas que o **Civic Journalism** pode ter um “sim” como resposta. Dezenas de projetos norte-americanos têm sido vistos por dezenas de estudiosos e profissionais da mídia desde a década passada como uma solução excelente para maior engajamento da imprensa na sociedade, sem prejuízo aparente para os dois lados envolvidos – emissor e receptor. Por *jornalismo comunitário, de contato com a comunidade ou de interesse público* (todas traduções livres) entende-se que seja a ação de “retomar contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem e abrindo espaço para discussões de temas de interesse público”, como pontificou o jornalista brasileiro Carlos Castilho (1997), em texto on line. Ou, como assinalou Jan Schaffer (2001), em artigo veiculado na Internet, um *Jornalismo* que ajude as pessoas a superarem sua sensação de impotência e alienação, desafiando-as a envolver-se e tomar para si a responsabilidade sobre problemas comunitários”. Ela continua:

“O Civic Journalism busca ir além da cobertura de um evento, uma reunião ou uma controvérsia. Ele tenta conduzir o conhecimento, e não apenas o envolvimento das notícias. Ele trata da cobertura do consenso e do conflito, reportagens sobre sucessos e fracassos, reportagens que possam auxiliar outras comunidades a lidarem com questões difíceis. O Civic Journalism está tentando criar novos modelos de reportagem que possam ser mais sintonizados com os novos modelos de governo. Muitos cenários de governo local estão saindo de um paradigma entre vitória e derrota para uma abordagem somente de vitórias, com mais base no consenso, para a solução de problemas sociais. (...) Os jornalistas cívicos buscam examinar onde os participantes da comunidade concordam sobre algum ponto, bem como onde eles discordam. Isso é novo”.

Em 1999, no texto on line *La construcción de lo público desde el periodismo cívico*, a professora Ana Maria Miralles Castellanos, da Universidad Pontificia Bolivariana (Colômbia), sustentou que o principal ingrediente do **Civic Journalism** era

“ter mais em conta o ponto de vista dos cidadãos na hora de elaborar a agenda informativa e oferecer elementos para que esses temas cidadãos encontrem canais de ação a partir da informação e da convocatória dos meios de comunicação para o debate público”.

Nelson Traquina, em mensagem pessoal eletrônica (2004), oferece a noção de que

“Uma das críticas fundamentais do Civic Journalism é que os jornais/mídia noticiosos falam dos assuntos que interessam ao público (como sexo, estrelas, etc) e não publicam notícias sobre os assuntos públicos que preocupam o cidadão (aliás, o movimento encara o leitor/telespectador/ouvinte como cidadão). Assim, o Civic Journalism critica que os jornalistas seguem demasiado os políticos, mas que deveriam ouvir o cidadão. Assim, o Civic Journalism aponta para sondagens, utilização de ‘focus groups’ para determinar quais são essas

preocupações e, depois, defende que os jornalistas devem cobrir esses assuntos e obrigar os políticos a tomar posições sobre esses assuntos”.

Anos antes, Frank Denton e Esther Thorson (1995), em texto on line, sustentaram que determinadas práticas públicas podem ser mudadas, sempre em benefício de populações menos informadas, fazendo com que a política, por exemplo, deixe de ser cada vez mais um exercício para poucos para alastrar-se “às pessoas ordinárias” e mostrar-lhes como “os negócios públicos os afetam e como eles podem se envolver com **Civic Journalism**”. Essa defesa contínua e crescente da coletividade, cabe lembrar, começou a ganhar força há alguns anos, depois que vários jornalistas americanos perceberam finalmente o quão descrentes estavam os leitores em seus jornais diários, já que estes, por exemplo, vinham se interessando em noticiar mais a política nacional do que as questões locais.

Estudos de diversas épocas que indicam a baixa credibilidade jornalística não é necessariamente novidade. Na década de 60, no livro *Class, status and power*, Robert Hodge citado por Kunczik (1997: 60), apontou que o prestígio de um repórter de jornal entre os americanos situava-se em um nível intermediário quando comparado a dezenas de outras atividades. No topo da lista, estavam o juiz da Suprema Corte dos EUA, o médico, o cientista e o professor universitário. O agente funerário, o agente de seguros e o eletricista faziam companhia ao jornalista. No fim da lista, era possível encontrar o engraxate e o gari, por exemplo.

Ademais, levantamentos da década passada indicaram que leitores ianques (termo comumente usado pela imprensa brasileira para designar norte-americanos) estavam se sentindo cada vez mais alijados da política nacional, enquanto que incrementavam seu interesse em assuntos que abordassem as comunidades locais, conforme documentos de institutos respeitadíssimos – Harwood Group, Freedom Forum, Nieman Foundation, Kettering Foundation e Times Mirror Center for the People and the Press.

Em 1995, o alarme soou de vez, quando o boletim Yankelovitch Monitor divulgou dados de uma pesquisa que fizera: o índice de confiança nos jornais, por parte dos americanos, havia declinado de 51% em 1998 para 21% em 1995. No caso das revistas, as taxas oscilaram de 38% para 14%. A mesma desconfiança, disse o Yankelovitch, atingira a televisão, que viu seu índice passar de 55% para 23% em apenas sete anos. Carlos Castilho (1997), em artigo on line, sustenta que

“as causas para essa perda de confiança são várias e há muito tempo vêm sendo estudadas pelas cabeças mais brilhantes da imprensa norte-americana. Mas um grupo de jornalistas teve a sua atenção despertada para uma inquietante coincidência. A queda da credibilidade da imprensa acontece simultaneamente a uma baixa, também constante, na confiança dos eleitores em relação aos governantes”.

Citando o pesquisador americano Robert Putnam, da Harvard University, Castilho lembra que, nos anos 50, 75% dos norte-americanos acreditavam que o governo agia corretamente a maior parte do tempo, enquanto hoje, apenas 19% acham a mesma coisa. Foi nesse instante que Harwood Group e as demais instituições acima citadas chegaram à premissa de que “os leitores estavam se sentindo marginalizados e frustrados com a política nacional, mas mostravam um grande interesse nas questões locais”.

Estava aberta a brecha para o fortalecimento do **Civic Journalism**. E essa consolidação se deu com o estabelecimento definitivo do Pew Center for Civic Journalism, destinado a aprofundar as bases teóricas dessa nova corrente da imprensa e com a pretensão de desenvolver projetos concretos sobre jornalismo de interesse público. Inicialmente, o Pew Center baseou seus trabalhos nas experiências que haviam sido protagonizadas pouco antes, como a do The Wichita Eagle, em

1990, e a de 20 jornais, rádios e emissoras de TV locais de várias partes dos EUA que, nas eleições de 1992, haviam se unido para propor uma nova agenda jornalística.

Conforme Lewis Friedland (2002: 1), entre 1994 e 2002 o Pew Center catalogou 651 projetos desenvolvidos nos Estados Unidos de **Civic Journalism**, envolvendo 20% de todos os jornais do País. A ação, na metade da década de 90, do diário The Spokesman Review é dos 651 programas, contada de modo on line por Castilho (1997):

“(...) Outra experiência original é a do The Spokesman Review, um jornal da cidade de Spoke, no Estado de Washington, que eliminou a seção de editoriais e designou dois editores, chamados de interativos, para ajudar os leitores a colocarem opiniões em formato jornalístico. O Tallahassee Democrat pulou para a Internet. O jornal da capital do Estado da Flórida organiza fóruns conjuntos com leitores e membros da Câmara dos Deputados, e depois coloca o teor dos debates na rede pública e gratuita de computadores, para as pessoas poderem seguir a discussão em casa. O número de interessados cresceu 200 vezes em três meses”.

Schaffer (2001), por sua vez, relata na Internet:

“Uma das experiências mais ambiciosas realizou-se em 1999, quando o jornal The Spokesman Review utilizou ferramentas de mapeamento de jornalismo cívico para determinar momentos fundamentais da vida dos jovens que determinam se eles terão sucesso ou fracassarão quando adultos, possivelmente terminando na prisão. Eles surgiram com alguns momentos interessantes, como o primeiro dia na quarta série, que é quando se saberá se uma criança irá gostar da escola ou não. Ou o primeiro dia da sétima série, que é quando se determina quem será um nerd ou parte do grupo influente. A idéia não foi apenas cobrir esse assunto, mas também descobrir alguns pontos de intervenção para as agências de assistência social da comunidade. Essa é uma definição muito diferente de notícia”.

Essa definição muito diferente de notícia também é freqüentemente seguida pelo The Orange County Register, jornal californiano, que, segundo Schaffer (id.):

“(...) realizou experiências com uma nova técnica narrativa, para contar a história das ‘Crianças de motel’, crianças dolorosamente pobres que vivem em motéis residenciais literalmente em frente ao parque temático da Disneylândia. A história foi contada em forma de diálogo, utilizando as próprias palavras das crianças. A reação foi surpreendente. Ela inclui 200 mil dólares em doações, 50 toneladas de alimentos, 8 mil brinquedos e milhares de horas de voluntários dedicadas a auxiliar as ‘crianças de motel. O Condado destinou 1 milhão de dólares para um programa residencial, a fim de retirar as famílias dos motéis. Uma agência sem fins lucrativos lançou uma campanha de US\$ 5 milhões para tratar as famílias de motéis viciadas em drogas. A repórter Laura Saari afirmou posteriormente que o que a impressionou foi como todos estavam trabalhando juntos em busca de uma solução. ‘Uma reportagem similar, escrita de forma convencional, teria colocado as agências governamentais na defensiva. Mas, devido à abordagem do texto, ninguém sentiu que estava sendo acusado. Assim, em vez de gastarem energia defendendo-se, eles foram às ruas’. O jornalismo cívico trata da redefinição do equilíbrio”.

Também cabe ressaltar que, ainda que tenha surgido na esteira da política, a área de cobertura do **Civic Journalism** se espalhou rapidamente para dezenas de segmentos de interesse coletivo. Friedland e Nichols (2004), num calhamaço denominado *Measuring Civic Journalism's progress: a report across a decade of activity*, atestam isso, com inúmeros exemplos. Eis alguns:

1. Os jornais The Binghamton Press e Sun Bulletin organizaram em 1996 o projeto *Facing our future*, para estimular suas comunidades a pensar como poderiam, por si próprios, evitar um provável colapso da economia regional nas próximas décadas e depender menos das oscilações da economia nacional;

2. No programa *The new city: la nueva ciudad*, instituído em 1998, o diário The San Francisco Examiner, um dos mais importantes da Costa Oeste americana, trata de explorar questões raciais e étnicas e como elas podem ser minimizadas;
3. Em 2001, o diário da cidade de Everett (Estado de Washington) Herald criou o programa *Waterfront renaissance*, tendo o game The Sim City como base. Por meio dele, moradores locais puderam ter vez sobre como querem que seja sua cidade no futuro. Um mapa futurístico e interativo foi criado pelo jornal a partir das sugestões dos habitantes;
4. Em New Hampshire, o Nashua Telegraph juntou-se com a emissora New Hampshire Public Radio e com ONGs para criar o projeto *New Hampshire tax challenge*. A proposta, nascida em 1998, consistia em implantar um simulador on line (na Internet) para que qualquer pessoa pudesse verificar como eventuais novos impostos poderiam afetar suas finanças pessoais (ou de uma comunidade) mesmo antes de serem aprovados oficialmente.

No Brasil, já em 2001, o professor da Universidade de Brasília Luiz Martins da Silva comentava, em artigo veiculado na Internet, a esfera de assuntos vinculados ao **Civic Journalism**.

“O combate às drogas e à violência urbana tem sido uma constante nas temáticas desse gênero de reportagem, embora, nos Estados Unidos, o Civic Journalism esteja muito associado, desde as suas origens, à formação do eleitor e ao estímulo ao voto, que, para os americanos, é facultativo”.

Assim, considera-se válido dizer que futuros estudos no Brasil que almejem fornecer lastro para um modelo verde-amarelo de **Civic Journalism** podem se valer dessa listagem de temas abordados por Silva ou, mais ainda, da categorização defendida por Friedland e Nichols, que pode ser conferida a seguir:

5. Os temas do Civic Journalism

Friedland e Nichols (2002) catalogaram os temas do **Civic Journalism** por meio do seguinte index:

- 1º Eleições (Elections)
- 2º Comunidade (Community)
- 3º Governo (Government)
- 4º Interatividade (Interactive), sobre como as novas tecnologias podem auxiliar na busca de soluções de questões coletivas
- 5º Miscelânea (Other), principalmente com casos de colonistas da imprensa que incentivam o **Civic Journalism** por meio de seus espaços midiáticos

O segundo item, Comunidade, de seu turno, foi subdividido em 13 partes:

- **Diversidade** (Diversity), abordando temas como relações étnicas e desigualdades sociais;
- **Comunidade** (Community), envolvendo pesquisas sobre futuros problemas coletivos;
- **Civismo** (Civic), com promoção de programas filantrópicos e identificação de futuros líderes cívicos nas comunidades;
- **Juventude** (Youth), sobre violência escolar, prevenção a entorpecentes, noções de educação sexual e orientações sobre como os próprios jovens podem buscar soluções;
- **Educação** (Education), em especial debatendo por quais motivos é crescente o número de estudantes com baixo rendimento escolar;
- **Desenvolvimento econômico** (Economic development), principalmente para regiões periféricas das cidades;

- **Saúde** (Health), incluindo prevenção de saúde de grupos minoritários;
- **Vida familiar** (Domestic life), sobre desintegração familiar, abusos contra crianças, desentendimentos entre parentes, etc;
- **Criminalidade e segurança** (Crime and safety), com debates sobre como parar a violência, sobre promoção de projetos de segurança e diminuição do casos de uso de armas de fogo, entre outros;
- **Pobreza** (Poverty), com a busca de como oferecer mais escolas para comunidades pobres, além de desenvolvimento de ações de seguridade social e oferta de moradias para pessoas sem-teto;
- **Meio ambiente** (Environment), para diminuição, por exemplo, dos índices de poluição;
- **Indústria** (Industry), para incremento das atividades desse setor em determinadas regiões geográficas;
- **Ética/Moralidade** (Ethics/Morality), para discutir limites de tolerância na vida coletiva, por exemplo.

6. A situação no Brasil

No Brasil da primeira década do século 21, há exemplos incipientes daquilo que possa se assemelhar ao **Civic Journalism**. Em Fortaleza, encontra-se um: desde o final da década passada está em andamento um projeto editorial do jornal *O Povo* que trata da cobertura jornalística sobre a infância sem ter os tópicos óbvios como rumo. Numa cidade margeada pelos baixos índices de indicadores sociais, a banalidade na cobertura seria fácil de atingir. *O Povo* seguiu caminho contrário: buscou enfoques diferenciados, personagens incomuns e tentou estimular o envolvimento das comunidades regionais na questão. Longe, portanto, do lugar-comum, aquele em que os agentes públicos são sempre malditos.

O fato é que os casos como esse de *O Povo*, que possam ser ditos assemelhados como **Civic Journalism**, com base nos moldes americanos, são raros. A maioria das situações apenas margeia o **Civic Journalism**. Poucas entidades, como o Observatório da Imprensa (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>) e o Instituto Gutenberg (<http://www.igutenberg.org>), desempenham com regularidade o papel de fiscal, uma característica marcante dessa nova corrente da imprensa.

Num interessante e abrangente estudo, os pesquisadores Jacques Wainberg e Manuel Luís Pereira (2000) apontaram que somente 4,55% dos trabalhos publicados sobre jornalismo no Brasil entre 1983 e 1997 versavam sobre ética no jornalismo. Em valores absolutos, isso significou 20 trabalhos (livros, artigos, teses e dissertações) num universo de 436 – **Civic Journalism** está intrinsecamente ligado a questões éticas. Como disse o professor universitário Luiz Martins da Silva (2001), o Brasil está para alguns aspectos da vida social como a Terra para algumas estrelas que já não existem, mas cuja luz finalmente chega até nós. Na área da Comunicação Social, o **Civic Journalism** se presta a essa analogia. Como referido anteriormente nesse artigo, trata-se de um movimento que vem se expandindo há mais de uma década e tem passado por questionamentos algumas vezes pertinentes, mas por aqui ainda não mereceu sequer tradução abrangente, conforme o próprio Silva.

Enfim, no Brasil, a carência é acentuada, o que tende a indicar uma imprensa perniciosamente insuficiente para ter baixa credibilidade. Ao longo dos últimos anos, ações como a instituição do *ombudsman* da Folha de São Paulo, mais a veiculação de programas televisivos tipo *Globo Comunidade* e campanhas como a *Eu quero paz*, do jornal Correio Braziliense, chegaram a receber a alcunha de cívicas, porém sem uma análise acadêmica que as pudesse referendar ou não como tais. Diante desse cenário indefinido, a formulação de nuances para um modelo nacional pode sim nortear, em curto prazo, projetos no território brasileiro, nuances essas passíveis de renderem material suficiente para outra dissertação.

7. Plano de referência

A elaboração de um plano de referência para a implementação do **Civic Journalism** no Brasil pode, perfeitamente, passar pelo roteiro fornecido pela jornalista argentina Sabrina Carrasco, em seu texto on line na revista Cambio Cultural (2002), adaptado que é das práticas americanas. A flexibilidade dos princípios americanos já havia sido relatada por Seoane em um artigo apresentado em 2003 durante o 1º Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos/2º Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizados na Universidade Fernando Pessoa, em Portugal:

“Na Espanha, o Civic Journalism chegou pelas mãos da Universidade de Navarra, tradicionalmente influenciada por correntes profissionais americanas. Foi a esta instituição que recorreu o Diário de Burgos para solicitar assessoramento na cobertura das eleições gerais do ano de 1993, e daí surgiu o único projeto de Civic Journalism levado a cabo na Espanha até agora. Neste projeto, puseram em prática, com as adaptações pertinentes, as técnicas empregadas pelo Charlotte Observer (diário americano) nas eleições presidenciais de 1992”.

De modo semelhante, CASTELLANOS, em mensagem eletrônica pessoal (2004) ao autor da dissertação, relatou a situação inicial do periodismo público na Colômbia:

“Posso dizer-te que, na Colômbia, começamos imitando a idéia norte-americana de jornalismo público, mas agora definitivamente sinto que temos um caminho diferente, desde o teórico até o metodológico. De outro lado, em relação aos propósitos do jornalismo público, nosso objetivo também é construir uma opinião pública autônoma e creio que é verdade que isso passa primeiro por dar-lhes (às pessoas comuns), quem sabe pela primeira vez, a palavra. (...) Recordo a Pierre Bordieu que, em seu livro A distinção, comentava que as pessoas comuns podem parecer ignorantes em assuntos públicos e que isso se dá pelo fato de que as pessoas não se preparam para falar pois sabem, de antemão, que não lhes será dada a palavra”.

Voltando a Carrasco (id), ela lista, num primeiro momento, tópicos a serem observados em um projeto de cobertura de campanha eleitoral. A pesquisadora enumera abaixo seis pontos, que são relatados eventualmente com rápidos comentários ou adaptações à situação brasileira:

- *Formação de uma aliança de meios de comunicação, e eventualmente com a participação de outras instituições, para levar adiante a iniciativa:* nos Estados Unidos, 1/3 dos projetos são desenvolvidos em parceria. Em 1993, por exemplo, o jornal The Indianapolis Star uniu-se com uma emissora local de TV para uma série de reportagens sobre as relações entre brancos e negros e como melhorá-las (o gancho da iniciativa era as então atitudes do ex-campeão mundial de boxe Mike Tyson, mais tarde condenado pela Justiça). Mas os exemplos de associativismo pululam não somente na América do Norte. No projeto que vem sendo desenvolvido em Córdoba (Argentina), os participantes são o diário La Voz del Interior, as emissoras de TV Canal Doce e Cadena 3 e as Fundações Avina, Conciencia e El Agora. Na Colômbia, desde a segunda metade dos anos 90, a Universidad Pontificia Bolivariana de Medellín lidera o projeto Voces Ciudadanas (Vozes Cidadãs), levado adiante com a participação direta de dois diários, três emissoras de TV e três cadeias de rádio.
- *Realização de pesquisas para determinar a agenda cidadã,* ou seja, apurar os temas que sejam mais importantes para a população na área de influência dos mass media envolvidos.
- *Seleção dos principais temas e realização de investigações jornalísticas profundas,* prestando atenção especial na opinião dos cidadãos e análise das causas e posições soluções. Em seguida, início da veiculação dos temas.

- *Organização, por parte dos meios de comunicação, de reuniões públicas e painéis.* É o início do processo daquilo que se chama *deliberação cidadã* (outro termo que pode ser incluído no glossário). Cabe ressaltar que as reuniões públicas são um dos mais importantes instrumentos do **Civic Journalism**, especialmente nos Estados Unidos, onde essa prática acompanha essa corrente da imprensa desde o começo dos anos 90.
- *Convocação dos candidatos a cargos eletivos para explicar suas posições e propostas sobre os temas da agenda cidadã.* Possibilitar que as pessoas comuns também façam perguntas aos concorrentes, de modo direto ou por meio de jornalistas. Os primeiros projetos nasceram assim. E esse é um recurso pouco utilizado nas campanhas eleitorais brasileiras, onde os debates, quando acontecem, se dão dentro de algum veículo de comunicação, com pequena participação do público.
- *Continuação da cobertura do processo eleitoral e dos painéis públicos.* Isto é, a metodologia dos fóruns não pode ser uma atitude isolada no início ou no final da campanha.

Afora esses seis passos para projetos de **Jornalismo Público** que tratem de questões eleitorais, há outro guia que pode ser aplicado no Brasil – para projetos comunitários em geral. Carrasco igualmente enumera os pontos, recordando que eles são baseados nas experiências realizadas em 1994 e em 1996 pelo jornal Charlotte Observer, em ações nos bairros pobres da cidade de Charlotte, no Estado da Carolina do Norte:

- *Realização de uma pesquisa entre os moradores e os líderes comunitários do(s) bairro(s) afetado(s).*
- *Entrevista com o líder do bairro (normalmente, o(a) presidente da Associação de Moradores), cuja função é servir de enlace entre o jornal e a comunidade. Em seguida, preparação de uma lista de necessidades do bairro.*
- *Organização, por parte do líder do bairro, de uma reunião inicial com os moradores da região, para apresentar os primeiros pontos do projeto, e, em seguida, de uma reunião pública, realizada em um lugar bastante conhecido (e com divulgação do horário e local por parte de TVs e rádios também), na qual os representantes do jornal detalharão o projeto e ouvirão as pessoas comuns.*
- *Incentivo à criação de ONG's e à realização de mais debates (não tão grandiosos) para debater, entre vizinhos, os problemas do bairro.*
- *Cobertura jornalística em profundidade, além de campanhas para promover doações e trabalho voluntário. Quando necessário, realização de mais fóruns públicos.*

Há mais um recurso que pode ser um lastro para propostas verde-amarelas de **Jornalismo Público** – o mapeamento cidadão. Segundo Carrasco (ibid), a expressão consiste em informar cotidianamente certo número de pessoas sobre temas relevantes à comunidade – e não somente em momentos pontuais, caso dos fóruns públicos. A intenção, diz a autora, é que os jornalistas designados para o projeto possam penetrar naquilo que ela chama de “tecido cidadão da comunidade”, estabelecendo uma teia de contatos que vai além das fontes oficiais do bairro – neste caso, a direção da Associação de Moradores, em geral. Essas novas fontes de informação (um estudante, um aposentado, um comerciante, uma dona de casa, etc), acredita-se, pode gerar mais idéias para os textos jornalísticos sobre a região em questão, sempre em busca de soluções para problemas coletivos.

Essa noção de mapeamento é também explicada por Jan Schaffer, a diretora do Pew Center (em colaboração com Richard Harwood, do Instituto Harwood de Inovação Pública). Em dois textos divulgados na Internet - *Tips for smarter reporting* (2002) e *Civic mapping* (2001), Schaffer relata:

1º É necessário identificar os preconceitos e estereótipos que a imprensa tem da comunidade em questão. Essa é uma questão particularmente relevante no cenário brasileiro, onde os meios de comunicação costumam ter fortes, fortes mesmo, estereótipos das comunidades periféricas ou de determinado grupo social (vide tópico adiante, denominado *Escola de Gente*). Acredita-se que a diversidade étnica, a pobreza nas cidades interioranas e a enorme densidade demográfica nas regiões metropolitanas (quase sempre acompanhada de espetaculares índices de violência) sejam alguns dos fatores que contribuem para tanto. Obviamente, eliminar esses paradigmas significa começar a conhecer melhor uma comunidade.

2º Determinar (a exemplo do que já havia sido dito anteriormente, linhas acima) quais são as lideranças oficiais (officials) e as informais da região (quasi-officials). Carrasco traduziu esses dois grupos, para a língua espanhola, como catalizadores e conectores, respectivamente.

3º Determinar os lugares onde os moradores falam informalmente sobre os temas da comunidade (clubes, sede da Associação de Moradores, etc). Aqui também há uma particularidade brasileira. Muitos desses lugares comentados por Schaffer são bares e salões paroquiais, especialmente em cidades de porte médio e em grandes bairros das maiores cidades. Isso é algo bastante distinto, por exemplo, da Argentina, onde os bares e lanchonetes brasileiros são substituídos pelos cafés, mais requintados dos pontos de vista decorativo e gastronômico.

4º Visitar esses lugares e conversar com todas essas pessoas. Do que falam? Que temas lhes desperta interesse? É necessário entrevistá-las, deixando-as falar em seu próprio ritmo e fazendo perguntas distintas das convencionais: que coisas consideram valiosas? Quais são suas aspirações? O que querem dizer com essas palavras que usam freqüentemente? Fazer entrevistas com final em aberto, perguntando da possibilidade de ampliá-las ou de buscar explicações adicionais mais adiante.

5º Contrastar o conteúdo dessas conversas com os preconceitos que os meios de comunicação têm. Dessas entrevistas, sairão novos temas, idéias e sugestões de pauta.

Com essas ações, finaliza Carrasco, haverá menos cobertura dos *ruídos* de uma comunidade e mais cobertura de seus *silêncios*, isto é, daqueles temas que normalmente a imprensa é incapaz de perceber, devido à cobertura superficial e supostamente objetiva que faz.

Bibliografia

- Ana Maria Miralles Castellanos (1999). La construcción de lo público desde el periodismo cívico. <http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/2gt/Ana%20Maria%20Miralles.doc>>
- Bustos, S (2000). La hora del periodismo cívico. *Revista Latin Trade*. Miami, dez.
- Capote, T. (2003). *A sangue frio*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Carlos Castilho (2004). O estado crítico da imprensa. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>
- Castellanos, A. M. M. Periodismo cívico. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marciofernandes@unipar.br> em: 20 jan. 2004.
- Castilho, C. (1995). Os conselhos de ética são um meio eficiente de auto-regulamentação da imprensa? *Boletim do Instituto Gutenberg*, São Paulo, 6:14, nov-dez.
- Castilho, C. (1995). Jornalismo público. *Boletim do Instituto Gutenberg*, São Paulo, 15: 15, mai-jun.
- Friedland, L. & Nichols, S. (2004). *Measuring Civic Journalism's progress: a report across a decade of activity*, Washington: Pew Center Press.
- Frank Denton & Esther Thorson (1995). Civic Journalism: does it work?. <http://www.pewcenter.org>>
- Fernandes, M. (2002). 'Jornalismo cívico: um estudo comparado dos modelos brasileiro e americano' in Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação, 25, 2002, Salvador.
- Fouhy, E. (1994). 'Is Civic Journalism the answer?'. *Communicator*. S/I: 18-19.

- Jan Schaffer (2003). Tips for smarter reporting. http://ww-w.spj.org/diversity_toolbox_rolodex.asp>
- Jan Schaffer (2003). Civic mapping. http://www.pew-center.org/doingcj/speeches/s_augustacivicmapping.html>
- Jan Schaffer (2001). O papel dos meios de comunicação na construção das comunidades. <http://www.pewcenter.org> >
- Kunczik, M. (1997). *Conceitos de Jornalismo*, São Paulo: Edusp.
- Luiz Martins da Silva (2001). Civic Journalism: um gênero que no Brasil ainda não emplacou. <http://www.ucb.br>>
- Merritt, D. Public journalism. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: marciofernandes@unipar.br> em: 16 jan. 2004.
- Merritt, D. (1994). 'Public journalism: a movement toward fundamental cultural change', *Wichita Eagle Journal*, 30 out.: 17A.
- Merritt, D (1998). *Public journalism and public life – Why telling the news is not enough*, Londres: LEA.
- Merritt, D. & Rosen, J. (1994). *Public journalism: theory and practice*, Washington: Kettering Foundation Paper.
- Pereira, M. L. P. & Wainberg, J. (2000). Estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. Porto Alegre, 15 f. (Pesquisa de graduação) - Curso de Comunicação Social/Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Petersen, T., Schramm, W. & Siebert, F. (1956). *Four theories of the press*, Urbana: University of Illinois Press.
- Project for Excellence in Journalism and the Committee of Concerned Journalists, www.journalism.org
- Robert Steele (1996). The ethics of Civic Journalism: independence as guide. <http://www.poynter.org> > jun.
- Rosen, J. (1996). *Getting the connections right: public journalism and the trouble in the press*, New York: The Twentieth Century Fund Essay.
- Sabrina Carrasco (2004). Periodismo cívico: la gente define la agenda y delibera sobre política. <http://www.cambiocultural.com.ar>>
- Schaffer, J. Civic Journalism. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: marciofernandes@unipar.br> em 22 jan. 2004.
- Schaffer, J. (2001). *Civic Journalism is...true stories from America's newsrooms*, Washington: Pew Center Library.
- Seoane, F. Periodismo cívico. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: marciofernandes@unipar.br> em: 17 jan. 2004.
- Seoane, F (2003). Jornalismo cívico em Galícia?. in Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos, 1., Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, 2., Porto, Anais.... Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Sérgio Lamarão (2002). Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e as respostas ao atraso brasileiro. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/lamarao.pdf>>
- Sousa, J. P. (2002). *Teorias da notícia e do Jornalismo*, Chapecó: Argos.
- Teixeira, A. (1934). *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos*, Rio de Janeiro: Guanabara.
- Traquina, N. (ed.) (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa: Veja.

Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*, São Leopoldo: Unisinos.

Traquina, N. (2001) Civic Journalism. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: marciofernandes@unipar.br> em: 9 fev. 2004.